

COMENTÁRIOS

GEOGRAFIA DAS FRONTEIRAS

Jacques Ancel é um dos historiadores-geógrafos de após-guerra, cuja produção já rica, traduz as duas tendências características de nossa época, em matéria de ciência política: uma preocupação constante de estudar os problemas da hora presente, a história contemporânea em evolução sob as nossas vistas, e um não menos constante empenho de ligar intimamente os fatos humanos ao quadro geográfico em que se produzem.

Além de várias monografias sobre geografia política e história dos Balcans, publicou, há tempos, o seu 1.º livro de um "Manual Geográfico de Política Européia" que revela a intimidade que liga a História à Geografia, no pensamento do autor.

Depois de sua "Geopolítica", em 1936, nos oferece agora uma *Geografia das Fronteiras*.

Esta última obra que entrou na notável coleção de "Geografias humanas" do professor Deffontaines, vem focalizar e completar o pensamento do autor esboçado há dois anos, na sua *Geopolítica*. Mais do que qualquer outro discípulo de Vival de La Blache, Jacques Ancel parece interessado em contrapor, em seus escritos geográficos, as teorias da escola francesa às ratzalianas da escola alemã.

A sua nova divisão geral do estudo das fronteiras é tripartida: considera os *Estados Amorfos*, as *Fronteiras Plásticas* e as *Fronteiras Movidças*.

Tentaremos aqui uma análise do novo livro de Ancel (1938), sem todavia deixar de nos referir às idéias do autor, expressas em obras anteriores, sobre o mesmo assunto.

Os atuais acontecimentos da Europa Central são demasiadamente importantes e significativos para nos furtarmos a uma interpretação geográfica de suas tendências: ora o que está em foco é a fronteira!

A — Estados amorfos As sociedades primitivas constituem grupos isolados, sem quadros nem formas, de mecanismo rudimentar. Mas quando se encontram, nasce uma fronteira, limite de competências. Hoje ainda existem destes grupos sociais que a floresta isola, sem quadro permanente, nômadas ou sedentários. São amorfos e não têm fronteiras nem limites estáveis os Estados que constituem.

Há mais ainda, existem impérios extensos que gozam de características idênticas as dos *Estados amorfos*.

I — SOCIEDADES MOLECULARES

São grupos sociais cativos em ambientes repressivos que têm por limites o que puderam conquistar sobre a Natureza pelo seu esforço. Na *floresta equatorial*, por exemplo, vivem Estados-embriões, presos na mata hostil, rica, impenetrável e úmida: nas clareiras congolosas, nascem aldeias que os elementos, a fauna, a flora e as águas limitam e restringem. Preso, limitado, abafado, o negrilho do *Congo Médio* pouco pode progredir, vive com sua família uma vida elementar de lutas e privações. Às vezes, a cooperação permite esforços mais eficientes, derrubadas ou queimadas; as tribus se guerreiam; canoieiros hábeis penetram nas matas rio acima e estabelecem contacto de comércio elementar com o exterior.

Mas há também na mata temperada da Europa "grupos residuais", sobrevivências, células montanhesas. Na floresta carpática da *Slováquia*, o homem proveniente das estepes vizinhas, embrenhou-se na montanha e formou pequenas colônias de lenhadores, na Idade Média. Outras sociedades, oriundas da planície alemã se dedicaram aí, cedo também, à procura das jazidas metálicas, de ferro, de cobre, de prata.

O sal e o combustível também formaram colônias profissionais nos Carpatos e assim se explica, hoje, até certo ponto, a desintegração de um Estado feito de elementos tão heterogêneos. "As pequenas tribus ciganas, diz Ancel, expulsas de sua toca florestal, nomadisa ainda sobre as estradas da Europa: sociedades minúsculas, fiéis a seu chefe, a seus costumes, a sua religião ainda pagã, a sua linguagem, se passam de fronteiras: sobrevivências de grupos isolados, Estados autônomos de outrora".

Nos *Balcans*, a montanha é ao mesmo tempo barreira, limite, segurança e reduto sagrado. Melhor exemplo disso representa o *Cerna-Gora*, o Montenegro, baluarte secular contra as invasões, que foi Estado-Miniatura até 1918.

II — ESTADOS NÔMADAS

Se dispensam fronteiras os Estados embrionários muito mais assim os grupos itinerantes, pastoris, nômadas, como há exemplos históricos na zona do Mediterrâneo.

Ao lado de uma "África dócil", se levanta uma "África rebelde". Nas regiões argelianas e tunisianas, desde os tempos de Cartago e da dominação romana, os grupos humanos emigram anualmente: passam o inverno nas planícies ou nas costas temperadas do Mediterrâneo e se deslocam com seus rebanhos para a montanha, rica em pastos; vão do *tell* ao *djebel*, frequentam os altiplanos intermediários.

Mas nem sempre deixam de constituir Estados sedentários. No século X, por exemplo, mussulmanos herejes, os Carejitas, repelidos de Tiaret e de Uargla, embrenharam-se no *Mzal*, e aí, com canais, barragens e poços fundaram o oásis-fortaleza de *Gardáia*.

Marrocos também regista as mesmas alternativas. O país submisso, *Blad es Maczen*, cultivava as planícies costeiras do Hús, da Chuáia, do Garb: o Estado é o duár, bérbero, árabe islamizado, que comercia. O país insubmisso, é o *Blad es Siba*, do Atlas Médio, do vale da Muluia, do desfiladeiro de *Taza* e do Rif espanhol. São criadores que descem nas planícies no inverno, mas nem por isso são pacíficos, fiéis ao sultão de Marrocos.

Ao lado de uma "Ásia fecunda" nas planícies deltaicas, férteis e úmidas, apresenta-se em contraste também uma "Ásia feroz" das estepes, dos desertos, das altitudes desprovidas, de onde cronicamente partem populações famintas, à conquista das orlas cultivadas. E' o mesmo espetáculo que se repete na *Anatólia*, alta e seca, na aba siberiana do *Turquestão* e da *China*, no *Iran*.

"O turco nômada, diz Ancel, ignora a pátria territorial, não gaba o seu país. Mas é orgulhoso de seu bando, de sua "nação". Quando o chefe não paga mais seus súditos, procuram então outra *bandeira*. Estes povos são regimentos. As suas nações trazem nomes de seus coroneis, Eusbeg, Osmanli". A *Asia Menor* tem quatro aberturas para a água, a chuva, o Mediterrâneo: a *Porta de Mossul* que leva a Bagdad; as *Portas cilicianas*, no Taurus, entre a Ásia grega e Ásia semítica; as *Portas egeanas* que levam a Smirna e aos vales e planícies da costa do Egeu; as *Portas balcânicas* que abrem o caminho da Europa, pela Trácia e a Bulgária.

Por isso foi o *Estado Otomano*, um Estado essencialmente roteiro: suas estradas na Ásia e na Europa, seus rios, seus caminhos de caravanas eram sulca-

dos de fortalezas, cidadelas, mercados, peregrinações; em 1683 de Salônica, Uskub, Belgrado alcançaram os muros de Viena, pelo Danúbio. Lá pararam para recuar e conservar hoje apenas o distrito de *Constantinopla*, em terra da Europa. Contra o turco, homem da estrada, defenderam-se os grupos europeus entrincheirando-se na montanha, gregos, sérvios, búlgaros.

III — IMPÉRIOS MARÍTIMOS

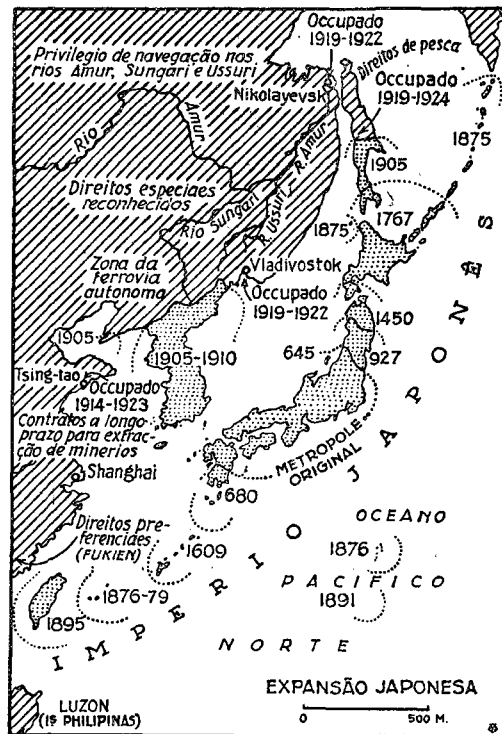
Ao tratar dos grandes impérios insulares, com domínio colonial extenso, Ancel os compara, como Estados amorfos, às modestas sociedades que vivem de pesca, nos bancos de *Terra-Nova*. Ai vivem muito menos sobre um litoral pouco hospitaleiro, embora recortado e abrigado, sobre uma terra ingrata e pobre do que sobre os seus barcos, em que concentram provisões, recursos e conforto, porque para estes nômadas do Oceano, vindos de todas as terras atlânticas em que se pesca, o barco é a pátria flutuante que, esta, não precisa de limites nem de fronteiras.

O mar criou o *Japão*; mas só no XIX século teve êle consciência de seu destino, que lhe foi revelado pelo "perigo europeu", quando percebeu que estava muito acanhado em suas ilhas e que precisava de expansão. A orla marítima foi, em consequência, apenas uma etapa provisória. Do fim do século XIV data a primeira expansão; no século XV entram os japoneses em Yezo, no século XVIII nas ilhas Kurilas, no XIX em Formosa, no XX tomam pé no continente. Torna-se assim continental também este império extensível. Ontem a Coréa e Mandchúria, hoje a própria China. A conquista foi comercial a princípio, política em seguida, por fim, militar.

Mas o Pacífico também se oferece aos japoneses como "Pátria Imperial". Depois de suas próprias ilhas, ocupam os seus colonos Hawai, as costas da Califórnia, do México e do Perú; na Nova-Zelandia procuram suprir a falta de braços. Onde estão as "fronteiras"? Todos êles se julgam, diz Ancel, em Terra Japonesa de hoje... ou de amanhã!

Outro tópico que merece estudo no amorfismo dos limites é a *ubiquidade britânica*.

Um império que abrange 27 % das terras e a quarta parte de sua população apresenta, sob o ponto de vista de suas fronteiras, a maior diversidade: não tem "forma", fez-se aos poucos, destronando sucessivamente todos os dominadores do globo, espanhóis, holandeses, franceses. O velho espírito colonial cedeu ao espírito imperial, como êste parece estar cedendo ao espírito nacional da colonização sistemática das terras aproveitáveis nas zonas temperadas. A primeira etapa da conquista foi a apropriação das comunicações marítimas, a segunda a era das plantações, em seguida a era dos povoamentos. Resultou



Mapa da expansão japonesa segundo o "geopolítico" alemão Karl Haushofer (*Grenzen-1927*)

dai toda uma economia: o navio é o veículo que faz viver o Império, como afirmou A. Demangeon.

O mar é o elemento que liga as numerosas partes do Império e dá-lhe sua consciência. O *Estatuto ou Westminster* de 1931 estabeleceu entre elas a igualdade teórica que as torna comunidades autônomas, verdadeiras nações, unidas apenas pela Corôa.

A doutrina imperial, de seu lado, evoluiu: diante do mundo contemporâneo com suas barreiras alfandegárias, o livre-cambismo cedeu ao proteccionismo e ao regime preferencial pedido pelas colônias e domínios — o livre-cambismo tende a se implantar dentro dos limites do Império.

A comunidade britânica se torna um colossal *agregado econômico*.

O *mar* não é mais um obstáculo, uma fronteira, é antes o laço de união, como o próprio comércio que permite e facilita.

B — As fronteiras plásticas

No conceito de Ratzel a fronteira é função de um duplo movimento entre dois povos: é um meio termo, organismo periférico que avança ou recua, dando a medida da força ou da fraqueza da sociedade que limita. É um conceito essencialmente cartográfico, pensa Ancel, que mal representa as numerosas realidades que, no passado, ilustravam esta noção, segundo os conhecimentos geográficos da época. O conceito de "fronteira natural" sempre foi, aliás, mais ideal do que real. Os próprios elementos físicos não têm a imutabilidade que se pensa.

I — AS FRONTEIRAS MEDIEVAIS

Na Idade Média reina a maior incerteza, em matéria de fronteiras. Ao se formarem as nacionalidades, os povos são essencialmente instáveis e itinerantes. Os Estados em formação são *Estados-clareiras* e *Estados-roteiros*, uns na floresta, outros nas estepes e nas pastagens: não conhecem barreiras à sua expansão. Toda a história primitiva da Europa ocidental é uma história colonial: a luta contra as florestas hercíniana, alpestre e boreal, de um lado; a ocupação do oeste danubiano e renano e das planícies, do outro.

As tribus gaulesas e francas não conheceram delimitações territoriais: o desbravamento da terra ocupada era extensível indefinidamente quasi; por fim, entre suas tribus, uma orla de matas não atacadas podia subsistir: era uma primeira feição de fronteira. Acabavam encontrando-se, combatendo-se. No oriente da Europa Setentrional, o caso foi idêntico, porém resistiu mais a floresta: eram maiores os espaços entre a Finlândia e seus vizinhos, carelianos e russos.

No sudeste europeu também, a montanha matosa servia de refúgio às populações contra os invasores, bárbaros e tártaros. Do outro lado do Mediterrâneo, as tribus bárbaras eram repelidas por Roma e se refugiavam atrás de obstáculos de uma natureza pobre, terras secas, desnudadas, vegetação rasteira. Na Polónia, os obstáculos eram bacias lacustres e pântanos, florestas inundadas: os pontos de passagem apenas eram defendidos. Só nos períodos de conquista e de colonização da Ukrania, ultrapassavam os poloneses as fronteiras florestais.

Os *Estados-roteiros* constituem unidades plásticas às quais dá Ancel o nome de *dromocracias*.

São representadas na Europa Sul-oriental pelas numerosas comunidades slavas que ocupam longas extensões de *vales fluviais*, *estradas de penetração*, entre massivos montanhosos. Do VII ao IX século, a Europa viu-se estabelecer ao longo dos caminhos que levavam a Bizâncio estas "dromocracias" de criadores e mercadores que deixaram na história alguns episódios como os do czar

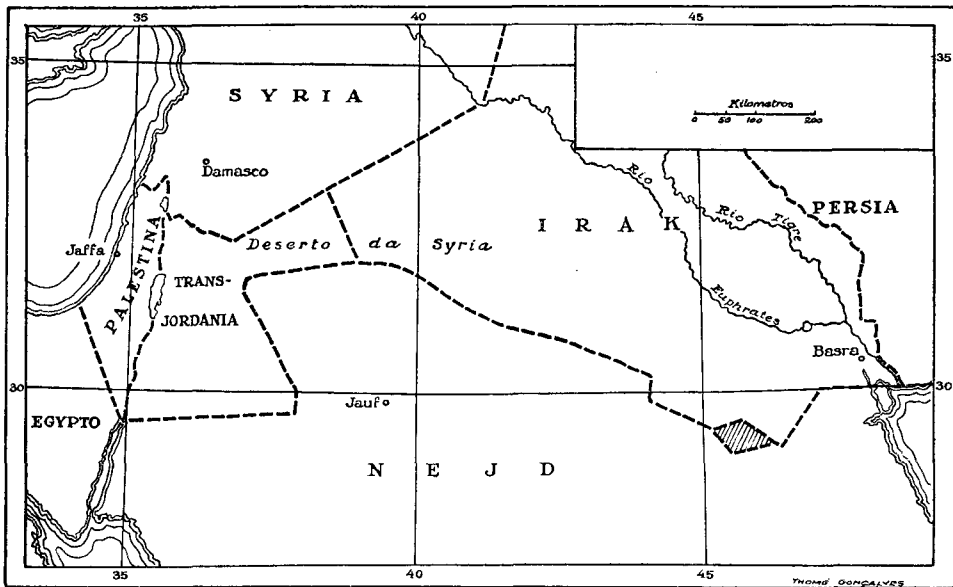
Simeão na Bulgária, de Estevam Duchan, na Sérvia; episódios explorados por historiadores nacionalistas, mas que nem por isso foram jamais traduzidos em fronteiras fixas e efetivas. Os bizantinos resistiram a estas tentativas imperialistas; os turcos, mais tarde, as venceram e, depois de Kossovo (1339), circundaram o decadente império, tornando-se por sua vez, até o XX século, uma destas dromocracias.

O *Estado-Cidade* é outro tipo medieval de fronteiras plásticas. Este tipo é de origem grega. Nunca houve fronteiras entre os Estados da Grécia Antiga: nos mercados e nos portos, apenas, são as mercadorias taxadas; os marcos indicam propriedades. E' território do Estado somente o que pode ser fiscalizado e guardado. A Beócia, a Arcádia nunca foram "unidades territoriais".

Na África do Norte, as cidades do Magreb foram, durante a Idade Média, cidades fechadas por altas muralhas protetoras, durante a guerra e, em paz, durante a noite. Os potentados mais fortes delas só saíam para cobrar impostos ou pilhagens.

O mesmo conceito reinou na Alemanha medieval. São os colonos teutônicos que, do IX século em diante, levantam da margem do Elba à do Vistula as cidades-sentinela, constituindo as primeiras "marcas" guerreiras (Altmark, Ostmark, Mittelmark, etc.) de Magdeburgo (805) por Breslau (1242) até Dantzig (1309).

Por isso, quando nos mapas históricos, cartografando a Antiguidade ou a Idade Média, encontramos limites precisos, devemos considerá-los apenas como tentativas de interpretação. As fronteiras oscilaram até os tempos modernos.



Fronteiras plásticas — A Transjordânia e seu tentáculo para o Irak — Limites de estradas de penetração

II — AS FRONTEIRAS MODERNAS

Não havendo representação cartográfica real não pode haver senão ficção de fronteiras: foi o que se tinha dado na Idade Média.

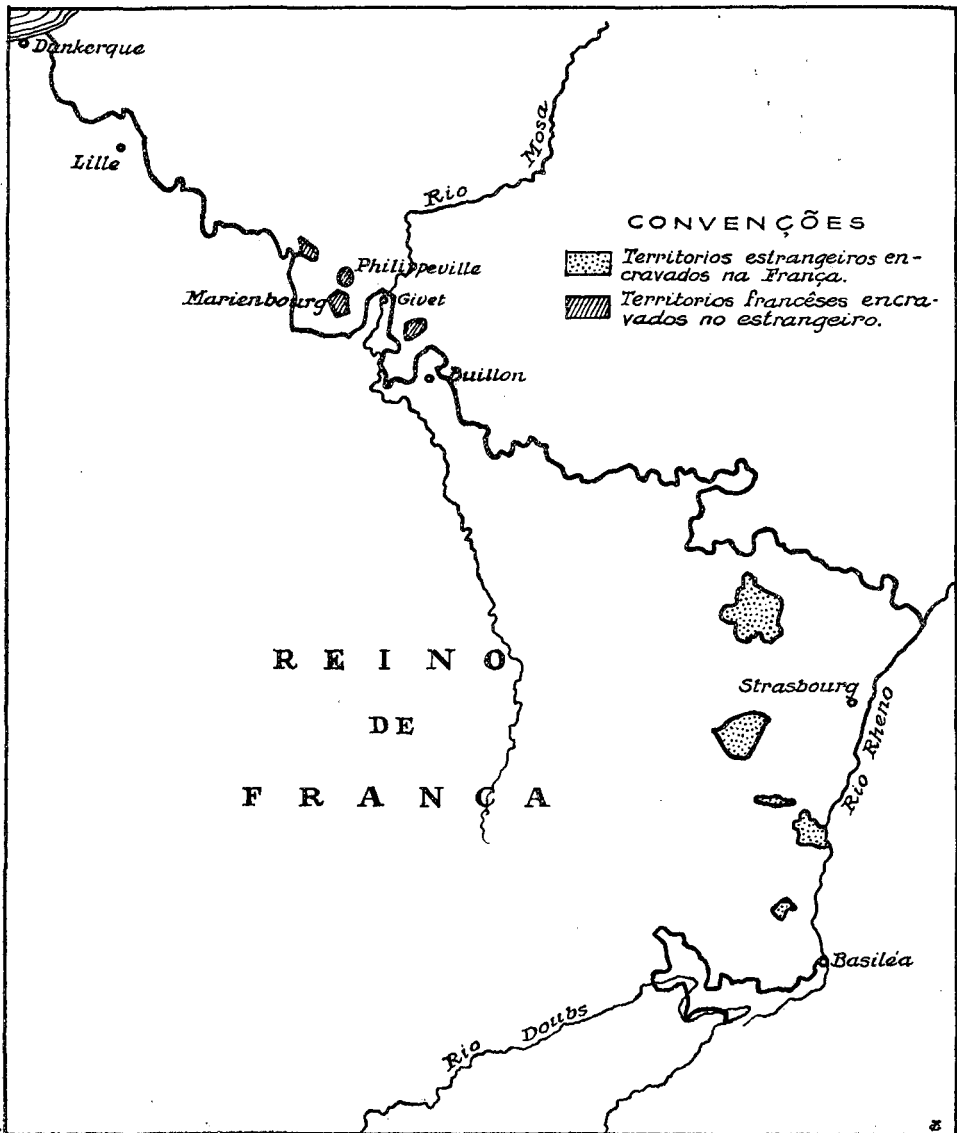
Com as ciências do Renascimento, o mapa ficou sendo a projeção material da idéia e os traçados precisaram-se. Surgiram sucessivamente os conceitos de *fronteira linear*, de *fronteira natural*, de *fronteira espiritual*.

Aos progressos da astronomia, das matemáticas e da geografia de observação, deve-se a preocupação que tiveram os cartógrafos do XVI século de figu-

rar traçados de limites, para fixar regiões políticas e linguísticas, como nos mapas de Sebastião Munster, em 1550, ou para fixar defesas e justificações, como reclamava Vauban.

O conceito de *fronteiras naturais* foi durante muito tempo uma ilusão, mas contrariamente ao que foi muito repetido, não serviu a políticos responsáveis de tese para os seus planos internacionais. O testamento político de Richelieu é apócrifo. O Reno foi mais frequentemente invocado como fronteira natural por alemães do XVIII século do que por franceses. A cartografia da França, em vésperas da Revolução Francesa, revela a grande indecisão da fronteira em vários pontos, jurisdições duvidosas, territórios encravados. Eram "fronteiras moles", disse E. Lavissee.

Nos Balcans, é característica a ausência deste conceito de fronteira nas ideologias nacionais que guiam os movimentos de independência. Os imigrantes,



Fronteiras modernas, anteriores à época dos "limites constitucionais" — A França de 1789 e a sua imprecisão geográfica

à procura de terras, se misturam aos ocupantes, na planície, no vale, na montanha. Há uma fusão étnico-religiosa, há tradições, folclore, lembranças históricas, mas não há preocupações de limites. Os russos são os primeiros a reclamar fronteiras naturais depois dos sucessos obtidos, mas não conhecem o que reclamam... porque faltam mapas precisos da região. O próprio Canning traçou, em 1832, os limites da Grécia restaurada entre os golfos de Volo e de Arta, "porque entram muito nas terras".

Na constituição de seus quadros geográficos, os povos não foram consultados: falavam somente os teóricos, os diplomatas. Daí muitas complicações subsequentes.

Admitindo que o espírito nacional resulte do consentimento livre, pode se dizer que o *espírito de fronteira* resulta do pensamento filosófico do XVIII século e tomou feição com a Revolução Francesa. Só um ideal nacional pode estabelecer uma fronteira espiritual. Ancel opõe, a propósito da Alsácia, o conceito francês ao conceito alemão e conclue que a Lorena e a Alsácia são terras de ligação e não de barreira.

O desmembramento da Polónia foi, no fim do XVIII século, um eloquente exemplo do valor das fronteiras físicas, possíveis de defender. A Revolução e seus teóricos oscilavam entre os princípios a escolher: direito e vontade dos povos, limites naturais, defesa estratégica da integridade territorial. Acabou o Diretório emitindo a teoria dos *limites constitucionais*, isto é, da incorporação dos territórios cujas populações por plebiscito pronunciavam sua anexação.

Já no tratado de Campo-Fórmio em 1797, com a Austria, é iniciada a política napoleônica de trocas de territórios, de conveniências políticas que nada mais tem com fronteiras de princípios.

Mas as doutrinas semeadas na Europa pela Revolução francesa germinaram contra a própria França. Com os movimentos nacionais, encabeçados pela Alemanha que se liberta, nasce a idéia das *fronteiras eletivas*, resultado da livre disposição dos povos. A última a renascer, em virtude deste espiritualismo das fronteiras nacionais foi a Polónia, depois das tentativas de 1831, de 1848 e de 1863.

A este propósito escreve Ancel: "Os velhos impérios-monstros, que só se tinham entrincheirado de fronteiras artificiais, são abalados pela amplitude do movimento nacional que góra em 1848 mas que acerta depois da Revolução, como diz Benes, falando da guerra mundial, em 1918. A velha Europa de 1815 range de todos os lados... Compreende-se então a mobilidade da fronteira. Aparecem novas unidades orgânicas. As partes de uma mesma Nação se aproximam e se soldam... os Rumaicos... os Slavos do Sul... os Tchecos... Entretanto, na complexidade linguística desta Europa invadida, colonizada tantas vezes por tantos povos, uma parte da Nação ficou às portas do Estado Nacional: que fazer das "minorias? ditas étnicas, mas na realidade linguísticas?" (pgs. 78-79). Com esta ressalva o autor deixa uma explicação a muitos acontecimentos que agora estamos presenciando. "O Ato Final de Viena, a 9 de junho de 1815, só registou recortes artificiais, onde foi medida a delimitação apenas para o equilíbrio demográfico" diz êle. Terão sido menos "artificiais" os recortes de Versalhes em 1919?

III — AS FRONTEIRAS FÍSICAS

Em matéria de fronteiras reais, isto é, eficientes, a inspeção do mapa é falha; revela apenas rios e montanhas figuradas que são obstáculos; nada nos informam sobre a permeabilidade da fronteira. Os desertos humanos, os vácuos da humanidade não figurados, constituem, entretanto, as verdadeiras *barreiras*. Montanhas de areia, planaltos pedregosos, pântanos, matas densas, planícies geladas, eis as verdadeiras fronteiras físicas que separam os homens.

Os oceanos e mares, os rios, as montanhas serão barreiras em si? Ancel lhes atribue o termo de "endosome fronteiriça".

Os mares são tão pouco fronteiras que lhes foi marcada uma zona de águas territoriais atribuída aos ribeirinhos. O Egéu com o seu arquipélago e as suas costas abruptas recortadas ou em "escalas" foi um cadinho dos povos, facilitando-lhes os contactos, desde a Antiguidade.

O Adriático ligou as suas orlas itálica e dalmata muito mais do que as separou: a história de Veneza o prova. A franja marítima da Dalmácia dependia tanto ou mais do meio adriático do que da montanha interior.

O Báltico, mar razo, apresenta costas em perpétua remodelação: no fundo de lagunas, portos medievais vivem em comunicação pelo intermediário marinho. Foi um lago Hanseático, depois um lago sueco, hoje é lago escandinavo, aberto e neutro.

Os rios muito raramente constituem barreiras, a menos que quedas os venham interromper. O Reno atravessa zonas muito diversas e diversos são também os aspectos que êle apresenta. Nunca foi barreira: desde os tempos dos romanos. Seus ocupantes procuraram estabelecer-se em ambas as margens. A Geo-política alemã pretende que é a bacia unificada do Reno que pertence à Alemanha e não a linha fluvial. Do lado da Polónia, ela é levada a modificar êste conceito de bacia fluvial unificada que lhe seria desfavorável, aplicado ao Vistula.

Aliás há rios que enganam os diplomatas ocupados em traçar fronteiras. O Pilcomayo, por exemplo, se divide em numerosos galhos, burlando o tratado de 1876 entre Argentina e Paraguai. Os tratados de Rapallo (1920) e de Roma (1924) delimitaram a fronteira italo-iugo-slava pelo "separador de águas" que só pesquisas espeleológicas de águas cársicas subterrâneas revelariam.

A montanha aparenta também um tipo de fronteira natural: os seus passos porém, são dos mais frequentados desde épocas pré-históricas, como é o caso dos Alpes. O mesmo dá-se com os Pirineus, que nunca foram fronteira morta, pois são até bem povoados os seus vales. Nos Carpatos são os pastores que aí elegem sua "pátria de verão". Foram refúgios dos rumaicos que daí desceram para colonisar as planícies.

A Slováquia conservou o tipo disperso de habitação, feição característica dos povos pastores da montanha.

São outras, pois, as dificuldades que encontram os grupos humanos como barreiras à sua expansão natural.

a) A mata, em primeiro lugar. A montanha só é repulsiva quando matosa. Na Boêmia, por exemplo, o *Wald* é mais inhospitaleiro do que o *Berg* mineiro: é fronteira de línguas e sua orla determina os pontos de colonização.

A floresta medieval separava os povos e continha a marcha dos nômades imigrantes. A mata russa, na orla da qual levantaram-se Moscou e Tula, foi sistematicamente atacada por Pedro, o Grande, até a mata finlandesa.

A mata balcânica também foi devastada estrategicamente pelos turcos; nela se refugiaram as populações cristãs.

b) Outra barreira eficiente é o pântano: na Polónia, os pântanos do Pinsk são desertos negros com centenas de lagoas e milhares de quilômetros de rios, incultos, sem árvores, atravessados por pistas sobre esteios de madeira, com ilhas.

A oeste da Germânia, até o século XVI os Países Baixos conseguiram guardar língua própria e civilização, graças aos pântanos do Boertange, hoje cortados de canais.

c) O deserto, o vácuo de homens por excelência, é a fronteira ideal. Foram os "limes" romanos da Síria, da Arábia, da Líbia. No Saara, os animais

mesmo são apenas transeuntes. Os oasis são prodígios da vontade humana, como o Mزاب com suas 260.000 palmeiras. O Egito é oasis murado entre dois desertos: daí sua civilização fechada, individualizada.

Mas o Grande Deserto saariano é formado por manchas: cidadelas do Tibesti, do Kufra, que conquistaram os árabes nômadas.

O Tibet é o vácuo interposto entre as províncias chinesas e indús. A mais absoluta das solidões a 4.000 metros de altitude; só nos vales vivem povoações. As soberanias aí são teóricas.

IV — AS FRONTEIRAS HUMANAS

Há fronteiras em que falta a barreira visível, são as fronteiras humanas em que um certo número de circunstâncias *temporárias* ou *permanentes* discriminam uma oposição. No primeiro caso, AnceI as qualifica de *fronteiras de pressão*, e no segundo, de *fronteiras de civilização*.

a) Nas *fronteiras de pressão* os limites se traçam segundo as necessidades de circunstâncias estratégicas, políticas ou econômicas. Um Estado nasce, como o Irak, encostado nos montes do Kurdistão, alcança as estepes de Djeziré e o deserto árabe, mas não tem limites precisos senão quando esbarrar em novos Estados em expansão também: a Líbia, a Palestina, o reino wabita do Riad. Nestes "isobares políticos" os limites se estabelecem como linhas de "igual pressão". Isso já se deu nos Pirineus; cessou porém com a decadência da Espanha, passando a ser "fronteira morta".

A fronteira franco-germânica ao longo do Reno é menos uma linha do que uma zona; por isso oscilou através dos séculos. Os alemães reivindicaram a "bacia do Reno", os franceses a segurança estratégica, e assim, impuseram, durante algum tempo, um recuo de 50 quilômetros da fronteira militar sobre a fronteira política (1918-1936).

Na América do Sul, são os rios frequentemente escolhidos, mas a sua im-perfeita caracterização nos tratados leva a "contestados territoriais" como foi o do Amapá, como foram as cabeceiras dos rios chilenos e as cristas andinas.

Na Europa, as fronteiras de valor estratégico revestem importância: os Estados que sucederam aos grandes impérios ainda oscilam na procura de uma situação de equilíbrio e segurança: o caso da Iugo-Slavia é típico.

Por fim, há Estados que, como o Sião, o Afganistão são "para-choques" entre unidades mais poderosas.

Saindo um pouco da noção linear da fronteira, verificamos que as fronteiras humanas temporárias ou de pressão se estendem à procura de uma estrada, de um mercado ou de uma cidade. Na Arabia desértica, são característicos os tentáculos que certos Estados oferecem no mapa, ao procurar o acesso das estradas de automóveis ou de canalização de petróleo.

O acesso ao mercado é bem marcado pelo território de Dantzig, onde a cidade-pôrto rodeada de comunidades germânicas, cresceu com o comércio polonês que outrora não a procurava. A êste propósito não deixa de criar novos e insolúveis problemas de fronteiras cidades de uma língua e raça, rodeadas de regiões rurais de outra língua ou raça que a fazem prosperar: Wilna, a Ukrania, a Bessarabia com cidades russas e campanha moldava; Monastir, Uskub, nos Balcans, ainda muito turcas num ambiente slavo.

As vezes, a vida de uma cidade como Genebra necessita de um ambiente econômico que a política não lhe deu: criam-se então, por acordos, as zonas francas, como a Saboia, restaurada em 1932 no seu regime de 1815-1816.

b) As *fronteiras de civilizações* — as "Kulturgrenzen" dos alemães, são mais permanentes, porém mais incertas também e sujeitas a interpretações.

A derrocada dos grandes impérios europeus de 1918 levou um certo número de nacionalidades a reivindicar regiões e cidades de raça ou língua sua. Ancel cita todavia geógrafos alemães e húngaros que, antes da grande guerra, traçavam em seus mapas fronteiras linguísticas muito menos ambiciosas do que o seu irredentismo atual.

O nacionalismo linguístico é responsável pela precária estabilidade das fronteiras traçadas na Irlanda entre a parte inglesa protestante e a parte católica, gaélica e livre. Tudo aí dependerá das forças que se fazem equilíbrio.

Mas a sabedoria linguística encontrou sua expressão na Suíça onde a Suíça romanda, a Suíça alemânica e a Suíça itálica vivem em perfeita harmonia, ditada pela firme vontade da liberdade e da defesa contra o Exterior.

Um *pangermanismo* que Ancel qualifica de pseudo-científico aflige os geógrafos alemães da *Geopolitik*. Com expressão imprecisa de *Kulturboden*, de *Volksboden*, de *Raum* e hoje de "espaço vital", eles procuram explicar que são cem milhões, dos quais muitos vivem fora dos limites do império. Daí a necessidade que sentem de expansão e a interpretação hitleriana da Mittel-Europa que não deixa de inquietar os vizinhos do Reich.

Um exemplo interessante foi o da "prussianização" da Renânia, operada entre 1814 e 1914 numa terra alemã de aspirações livres que a Escola, o Exército e a Indústria transformaram em terra prussiana.

A isso opõe Ancel a civilização francesa que não deseja deslocar as suas fronteiras, nem absorver territórios vizinhos, embora da língua francesa.

C—As fronteiras movediças

Nas fronteiras de quadros pouco consistentes, a fixação depende de um equilíbrio. Há um dinamismo da fronteira que varia com a noção da segurança. Há também um fator interno que atua e se traduz pela "fronteira espiritual" reivindicada pela língua, pela raça, pelo passado ou pela cultura. Os quadros, pois, não são rígidos mas antes flexíveis, amoldáveis.

I — FRONTEIRAS EM FORMAÇÃO

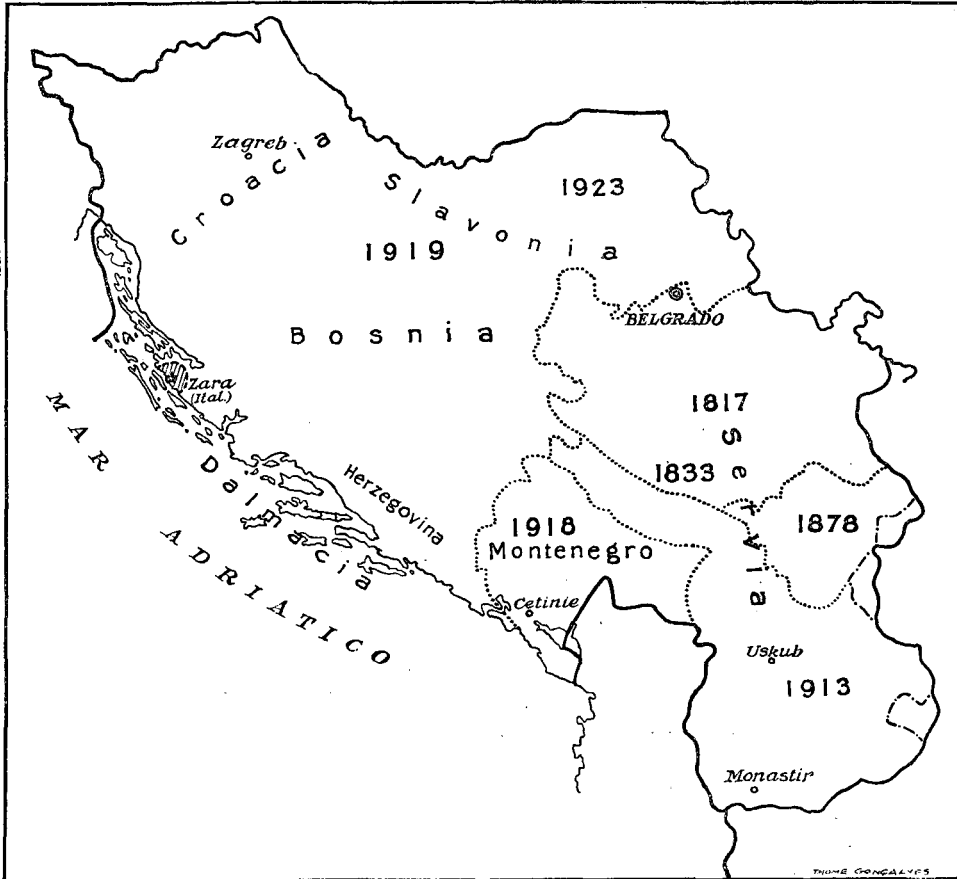
A gênese dos Estados atuais resultou num equilíbrio entre as forças internas das nações e a pressão periférica. Quando há falta de lógica neste balanço de forças é de origem diplomática: são compromissos artificiais.

O primeiro exemplo desta interferência artificial é a "balcanização". A criação da monarquia sérvia, no princípio do século XIX sob o alto patrocínio da Rússia foi acompanhada, ao nascer, de uma geografia fantasista em que rios e serras eram inventados, ignorados ou deslocados arbitrariamente. A ignorância da topografia ainda prevalecia em 1878, no tratado de Berlim. Em 1913 ainda, as teses políticas, a necessidade de alargar a Albânia, de afastar a Sérvia do Adriático prevaleciam sobre as realidades geográficas.

Nos Bálcans, a nacionalidade sérvia nasceu nas cidades, embora as células originais tivessem se formado na montanha matosa. O Danúbio, o Save, o Drina e o Timok eram horizontes restritos como limites ao país: daí as rebeldias, as insurreições, os *comitadjis* que procuravam reunir as terras sérvias da península em poder da Austria-Hungria, da Macedônia Turca, do Montenegro. A "reconquista" sérvia estava marcada no mapa: tinha de se dar pelos vales do Morava e do Vardar. A posse de Uskub era necessária. Por etapas sucessivas com alternativas, fez-se a Iugo-Slávica até a Albânia, a Bulgária e a Grécia renascida.

A Albânia, para Ancel, é um tipo de Estado de consciência nacional ainda fraca e à procura das suas verdadeiras fronteiras. O país é em si um balcanismo exagerado pela extrema multiplicidade de suas pequenas unidades geográficas,

correntes, gargantas, planícies nas quais se formou o albanês, tipo étnico que difere segundo o meio: ao norte, montanhês áspero, rústico, guerreiro, frugal; ao sul, pastor nômade que vive em comunidades ortodoxas, burguesas; no centro, cultivadores pacíficos, acostumados ao domínio feudal dos senhores estrangeiros, principalmente oriundos da Itália.



A "reconquista sérvia", tipo de fronteiras movediças, em formação. Etapas sucessivas riscadas pelas datas

Foi sob a influência estrangeira que foram unidos estes três elementos para formar uma nação: pelos romanos, na Antiguidade; pelo turco que procurou impor sua religião; pela Itália que entronizou Zogú.

Outra nacionalidade incerta nas suas fronteiras é a dos árabes, que, com a dissolução do Império Turco se espalham em todo o Oriente próximo, asiático-africano. O obstáculo à unidade é duplo: os interesses dos europeus entre o Mediterrâneo e o golfo Pérsico e o "caminho das Índias", eixo da política britânica neste setor. Daí a necessidade de diminuir a força árabe. Saíram das negociações diplomáticas de após-guerra alguns Estados árabes ao longo de certos eixos, de certas estradas econômico-estratégicas: Irak, Yemen, Palestina e Transjordânia, Síria, ficando deles um resíduo, o Nedj.

Não reina nesta distribuição nem princípio de nacionalidade nem diferenciação linguística ou religiosa. Somente o Nedj é tipicamente árabe tradicional e daí a sua força de roer os Estados periféricos.

A unidade no Irak, na Síria e no Yemen é prejudicada pelos focos minoritários difíceis de assimilar; mas o espírito nacional está despertando.

II — FRONTEIRAS ESTÁVEIS

Certos Estados dotados cedo de um espírito nacional, fixaram suas fronteiras em quadros que não foram mais sensivelmente modificados, tal o equilíbrio interno ao qual tinham chegado.

As agremiações helvéticas ou "Atlas Alemanhas" constituem um exemplo de células montanhosas florestais, detentoras na Idade Média, do curso superior de certos rios da Europa Central que dominam passos de importância. Aí se formaram os quatro cantões primitivos (Uri, Schwytz, Unterwald e Lucerna) aos quais vieram cedo se aliar as comunidades urbanas da orla da montanha. No século seguinte, estenderam-se até os fossos laterais cavados pelos rios, do Inn, do Reno, do Aar. Mais um século, e a Suíça alcançou as suas "portas vitais" da Borgonha e da Austria: só do lado italiano não deu o passo para a frente e respeitou as cristas alpinas.

A cada uma dessas etapas da formação das fronteiras helvéticas, corresponde um esforço guerreiro (Morgarten, 1315; Morat, 1476; Marignan, 1515). Nos tratados da Westfalia (1648), a Suíça é dotada dos limites aproximados que ainda hoje possui. E' nestes limites que o espírito nacional, resultante da fusão de montanhosos, de camponeses e burgueses das cidades ou antes, da combinação destes "gêneros de vida", consegue formar o Estado.

Este Estado Suíço, é verdade, é eclipsado durante o domínio napoleônico, sob o Ato de Mediação. Mas a unidade interna está feita, as revoluções locais e a guerra civil do Sonderbund (1847) resultam na vitória da centralização, da democracia, do referendun, das liberdades.

O equilíbrio helvético, cimentado ainda pela industrialização, veio dar nova força ao elemento camponês. O seu nacionalismo pára nas fronteiras: pelas suas três línguas federais recebe todas as idéias da Europa, digere-as e forma um pensamento seu, largamente aberto ao internacionalismo acolhedor de Uniãos diversas (Cruz Vermelha, U. Postal, etc.) até a Sociedade das Nações.

Difere um tanto a história belga: em vez de se coagular ao redor de um núcleo montanhoso e de fixar suas barreiras, onde cessava a solidariedade de suas células, como a Suíça, representa a Bélgica a juxtaposição de dois pedaços rasgados de grandes Estados. A Bélgica é uma concentração depois de secessões medievais; foi uma vontade que criou a nação, contra o despotismo da política, da diplomacia, das diferenças sociais e linguísticas.

No Norte, é a planície germânica, no sul, a mata céltica romanizada: flamengos de hoje e walões. Uma parte luta contra as águas marinhas e fluviais, a outra contra a mata. A Bélgica central foi ponto de contacto entre a França, a Inglaterra e o Império. As influências rivalizam, vencem alternativamente.

A independência é garantida cedo pelo interesse inglês. E' o Estado borguinão a primeira incarnação do Estado belga; dá-lhes unidade política e econômica, dá-lhes mesmo unidade espiritual apesar do bilinguismo. O Renascimento o civiliza, mas a Reforma nele provoca uma guerra nacional mais do que religiosa. A Espanha é afastada, mas o catolicismo fica e com êle a tradição monárquica.

No XVIII século, o Estado belga desaparece no Estado austríaco. A libertação vem da França, mas o Bloqueio Continental a torna odiosa e o espírito nacional resurge.

Depois de 1830, triunfa definitivamente a Nação das cláusulas fictícias do tratado de Viena e a Bélgica definitiva se constitui embora com a privação da Flandria zelandeza, do Limburgo de Maastricht e do Grã-ducado luxemburguês, seus "ângulos vitais".

III — FRONTEIRAS EM EXTENSÃO

A história descreve as pulsações da fronteira primitiva, suas extensões e suas retrações: a nebulosa tem contornos indecisos, mas acaba pondo fim a estas vibrações: é o momento em que o espírito e a vontade criaram a Nação. As orlas alisam as asperesas com as fricções e as fronteiras se solidificam.

Em França, a monarquia, contrariamente ao que lhe atribuem certos historiadores lisonjeiros, não teve o espírito de fronteira. O Estado hesitou muito nos seus limites: os reis se serviram de suas terras para apanágios, doações e ducados. A medida que foi se fortalecendo e se solidificando o Estado, criou-se uma comunidade espiritual, baseada sobre a língua e as necessidades de segurança. Os grandes políticos nunca conceberam "planos" de fronteiras: as conquistas, as heranças e o acaso imperaram, a princípio. No XVIII século delineou-se o Estado-Nação; nasceu o espírito de fronteira, com a união espontânea de províncias. O episódio napoleônico foi efêmero.

Três nações de formação recente viram, depois da Grande Guerra, as suas fronteiras consideravelmente estendidas, cada uma, porém, com as suas características.

Os vinte anos da experiência de autonomia que teve a Tcheco-Slováquia não foram felizes. Nações internadas no passado, aproveitaram a ocasião para escapar ao jugo e foram atraídas por polos ou focos vizinhos, depois da derrocada do Império Austro-Húngaro. Foi na Europa danubiana que se deram as maiores alterações de novas fronteiras.

A união da Boêmia, da Morávia e da Slováquia ao redor do núcleo que o proselitismo dos poetas, dos músicos e dos professores mantinha de espírito nacional vivo, nas zonas rurais pelo menos, pois as cidades eram germanizadas, a união de três povos era uma tentativa audaciosa. A Boêmia como uma fortaleza central era tcheca, mas as suas orlas montanhosas tinham sido invadidas pelos sudetas. A Morávia era a pátria dos seus emancipadores: Comenius, Palacky, Masaryk. Mas aí também a orla metalúrgica era alemã. A Slováquia, terra de lenhadores pobres, de pastores, era ocupada em seus vales do Tatra por populações que tinham sofrido invasões húngaras e pressão alemã.

Assim mesmo foi tentada a experiência da união da Montanha, da Campanha e da Cidade para uma vida nacional.

Um exemplo análogo, com forças vitais mais poderosas, é dado pela extensão das fronteiras rumenas; são estas de vários tipos: a fronteira moldava, a fronteira valaca e a fronteira transilvana.

A Moldávia reflete os três aspectos característicos da România: a montanha, as colinas e as planícies, ligadas pelas migrações anuais dos pastores. A última orla plana, ao longo do Dniester, enfrenta as planícies russas da Ukrania. A Valáquia repete a divisão tripartida, enfrenta o Danúbio ao sul e na margem húngara, embora salpintado o território de invasões passadas que aí deixaram resíduos dos imigrantes. A Transilvânia, em parte magiarizada, procura nas planícies a sua fronteira norte, retalhando propriedades grandes e colonizando com elementos rumenos. As cidades são, em parte, húngaras, mas a Campanha é rumena.

Outro exemplo é a Iugo-Slavia, formada de elementos reunidos, sérvios, croatas e slovenos, ao redor do núcleo primitivo, a Sérvia. Dois eixos percorrem a nova pátria: a linha Moravia-Vardar de norte a sul, a Sava de oeste a leste.

A fronteira adriática, muito tempo contestada pela Itália é a costa concordante, abrigada e extensa do mar Adriático. A fronteira panônica é a planície, inundada e pantanosa, onde persistem núcleos magiares. Na cunha sul, macedônica, uma fronteira fictícia está humanamente estabilizada por migrações sistemáticas em massa e colonização helênica nacional, em larga escala também.

IV — FRONTEIRAS EM REGRESSÃO

O espírito nacional cristalizando, ao redor de si, células cujos “gêneros de vida” se tornaram solidários, parece ser uma segurança contra a dissociação do Estado. Os impérios heterogêneos só subsistem enquanto uma animação unitária artificial substitue neles o espírito de patriotismo nacional. Foi o caso do império romano, foi também o do Santo Império Romano Germânico. Contra as formas imperiais dêste último levantaram-se as forças do espírito nacional, tcheco (João Hass) e alemão (Luthero) baseadas sôbre reivindicações religiosas.

a) A *deslocação austríaca* é um exemplo da regressão das fronteiras. Os Habsburgos, oriundos de um sítio estratégico alpino, dominando a estrada imperial do Brenner, pelo Wassertor (confluente do Aar, do Reno e do Limmat) conseguiram se impor à Alemanha para tirá-la da anarquia (1273). As fronteiras do império eram imprecisas: abrangiam as Marcas, os postos avançados da colonização alemã, estendiam-se pelas planícies da Lombardia. O império visava ser universal.

A partir do XVI século, principiavam os movimentos nacionais contra as forças federais: a Espanha se tinha recolhido, os Países-Baixos sacudiram-lhe o jugo; a Boêmia fez uma tentativa que deu início à Guerra dos Trinta Anos; a Suíça tinha sido mais feliz. A Prússia amputa a Silésia. No século XIX a direção da Alemanha passa à Prússia e os Habsburgos passam apenas a ser austríacos.

A decadência continua: 1848, 1866: a Austria é a “cobaia da Europa”, o último golpe foi dado em 1918 e sai de Versailes e Saint-Germain uma Austria residual, alemã, com fronteiras contestadas (Burgenland) e fortes amputações a favor da Itália e da Iugo-Slavia.

Até o “Anschluss” persistiram neste residuo três Austrias juxtapostas: a Austria alpina, acanhada entre elevadas muralhas, apenas com o sulco do Inn,



O desmembramento do Império Austro-Húngaro — Exemplo de fronteiras em regressão com a “deslocação austríaca” e o “divórcio” dos povos da Húngria

a Austria cisalpina da orla montanhosa (Klagenfurt, Linz, Graz, etc.) e a zona vienense, capital megacéfala de interesses ligados à Alemanha. Nestes contrastes devia encontrar a política alemã a realização de suas ambições, apesar das oposições e das diversidades psicológicas e culturais da nação austríaca.

b) O *divórcio dos povos da Hungria*, segundo a expressão de Ancel, é a reação das forças centrífugas, disjuntivas, contra a tentativa unitária, feudal, oligarca, de fundar um Estado onde não havia nação. A unidade física da bacia danubiana média não implica unidade política. As planícies da Húngria milenar são percursos de invasores devastadores: os Habsburgos não conseguiram salvá-las, apenas permitiram a uma minoria germano-magiar reduzir maiorias não-magiarias das planícies ao sistema feudal. As orlas piemontesa, subalpina, subcarpática e transilvana são sérvias, slavas e rumenas. A cidade magiarizada, numa campanha agrícola sérvia ou rumena, é o problema que procuraram resolver durante séculos os dominadores. Com o embate da guerra, as nacionalidades procuraram se unir aos respectivos núcleos nacionais que se formaram.

Na opinião de Ancel, o tratado de Trianon veio apenas sancionar os “renascimentos nacionais” que se deram e traçar escrupulosamente os limites linguísticos que retiraram, ao norte 20 %, à leste 28 % e ao sul 8 % de sua população de antes da guerra.

“Não representam (as novas fronteiras da Húngria) senão um equilíbrio de pressão entre as forças nacionais, magiar, de um lado, rumena, slovacca, serbocroata do outro, dinâmicas durante um século — 1815-1918, e em seguida, estagnadas, paradas” (pag. 177).

Ajustamento das fronteiras

Em conclusão, não há possibilidade de estabelecer uma norma para o que deve ser considerado como fronteira natural, artificial justa, boa ou má. Tudo depende do Estado levado em consideração (amorfo, plástico, movediço ou regressivo). É um fenómeno aliás precário que periodicamente pode ser alterado.

Duas questões podem, em resumo, compreender o problema: as fronteiras são ou não permeáveis? As fronteiras são ou não perenes?

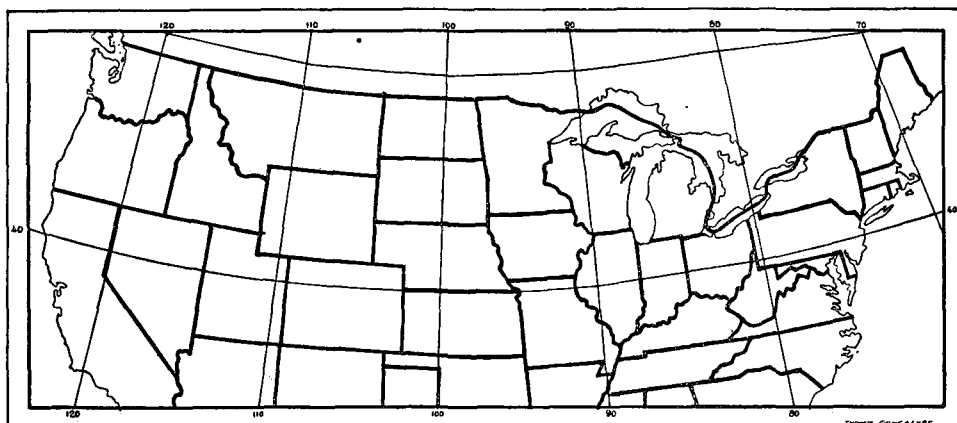
A primeira questão se prende a “ilusão linear” e a “superstição cartográfica”. Modernamente foi o príncipe que sentiu a necessidade de materializar os limites de sua contestada autoridade. Foi o Renascimento que lhe forneceu os meios de chegar a isso: o mapa, a exploração topográfica, o interesse estratégico. As primeiras fronteiras traçadas no mapa são as da autoridade do soberano, da monarquia administrativa. O que ainda está impreciso e indeterminado na realidade, aparece exato na carta geográfica. O tratado de Campofórmio em 1797 é o primeiro que descreve minuciosamente a linha, aldeia por aldeia, pico por pico.

Mas os mapas conservam muito tempo ainda as suas fantasias criadas pelo critério humano: cadeias traçadas em separadores d'água, fronteiras-naturais, fronteiras-obstáculos. Holdich distingue “fronteira-orla” e “fronteira-demarcação” (*frontter e boundary*). Hansofer reconhece que é menos *linha* do que *zona*.

Com Ratzel, aparecem novidades: à noção de extensão se substitue a noção humana de espaço — o *Raum*. A confusão dos termos permite tirar maior número de argumentos. O “espaço vital” é justificação para muitas reivindicações.

O que constitui na realidade a fronteira, reside no *espírito*, no *saber-viver comum*, na *distinção afetiva* dos vizinhos. Ela dura o que dura este *espírito de comunidade*.

Os Estados nascem, crescem, decáem, e desaparecem; o seu tamanho pouco importa. Podem ser ou ter sido *Estados anões* como o Montenegro ou Liechtenstein; *Estados-cogumelos* como os da Berberia, no norte da África, onde há possibilidades de civilizações, mas nunca de nações; são dispersos, sem centros,



Fronteiras lineares, artificiais, segundo coordenadas geográficas, dos Estados Unidos

temporários, extensíveis: a associação se forma de uma necessidade; passado o interesse, dissolve-se o agrupamento.

Como exemplo contrário, de vitalidade nacional, Ancel cita a intangibilidade das fronteiras humanas da Polônia, a aldeia polonesa, "oasis das planícies", que resiste à russificação, à germanização, arraigada à campanha que a mantém.

Em suma, conclue-se disso tudo:

1.º *A geografia não conhece fronteiras naturais, como domínios físicos fechados, circundando Estados perenes. Toda Nação-Estado pertence a várias zonas, tem rios para várias vertentes e pode reivindicar muitos territórios.*

2.º *Em geografia, a noção linear da fronteira é uma ilusão: "Korridor", "Anschluss" são linguagem de politiqueiros e não reflexos da realidade da natureza.*

3.º *A geografia denuncia como vã a noção histórica de fronteira. As orlas dos Estados oscilam e variam perpetuamente; as "áreas raciais" ou "áreas de civilização" são pretextos para justificar tendências, ambições e forças de hegemonia.*

4.º *A fronteira geográfica é uma linha isobárica da política que fixa temporariamente equilíbrio entre duas pressões ou massas de forças. O problema das fronteiras é um problema de nações.*

Já em 1926, escrevia Ancel: "O termo *fronteira* foi no decorrer dos tempos, uma palavra cobrindo uma grande quantidade de realidades: foi, antes de tudo, uma visão do espírito que se refletia, às vezes, num mapa, mas que nunca se modelava sobre a Natureza. Os limites de um Estado foram muito tempo imprecisos por falta de instrumentos de trabalho e de medida. Quando o conhecimento geográfico dos países aprofundou-se, ao mesmo tempo que se afirmava a necessidade permanente da defesa, registavam-se fórmulas que procuravam pôr de acôrdo ciência e segurança: assim a *fronteira natural*. Foi um conceito mais ideal do que real, uma fronteira que nunca se alcançou, excetuados os obstáculos enormes, o oceano ou a montanha elevada. Aliás, segurança é noção relativa que varia no tempo. Além disso, se a geografia física impõe uma fronteira, a geografia humana nela introduz elementos menos estáveis". (Ancel — *Geopolitique*, pg. 55).

Na pequena brochura de pouco mais de cem páginas que publicou Ancel em 1926 sob o nome germânico da "Geopolítica", se achavam sistematizadas as principais teses que repete agora o autor sob o título de "Geografia das Fronteiras". Os acontecimentos recentes têm posto à prova algumas das idéias expostas, que nem sempre são caracterizadas pela mais larga imparcialidade.

D. de C.